

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

ELEIDIANE BATISTA DIAS

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS DA PRIMEIRA FASE DO ENSINO
FUNDAMENTAL SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE**

URUANA

2013

ELEIDIANE BATISTA DIAS

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS DA PRIMEIRA FASE DO ENSINO
FUNDAMENTAL SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FÍSICA E
SAÚDE**

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação Física da Universidade
Federal de Goiás como requisito para
finalização do curso de Licenciatura em
Educação física
Orientador: Prof. Dr. Tadeu João Ribeiro
Baptista

URUANA
2013

ELEIDIANE BATISTA DIAS

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORAS DA PRIMEIRA FASE DO ENSINO
FUNDAMENTAL SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO FÍSICA E
SAÚDE**

Esta monografia foi aprovada em sua forma final

Goiânia, x de xxxxx de xxxx.

Prof. Dr. Tadeu João Ribeiro Baptista

Orientador (a)

AGRADECIMENTOS

Como muitos fazem, eu não poderia deixar de lembrar de Deus, neste momento tão maravilhoso, eu o agradeço por me guiar e colocar pessoas que estavam sempre dispostas a me ensinar com grande sabedoria.

Aos professores da Faculdade de Educação Física da Universidade de Goiás, pela valiosa contribuição e dedicação em todos os momentos desta produção científica.

Aos funcionários do Pólo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) da Cidade de Uruana.

Em especial quero declarar minha imensa gratidão ao meu orientador o Professor Dr. Tadeu João Ribeiro, que ao longo da produção deste trabalho sempre me apoio me orientado com paciência e afeto. Sinto-me imensamente feliz por ter o escolhido para estar do meu lado nesta jornada pela produção de um trabalho de conclusão de curso.

Enfim, agradeço a todos, que direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação.

Este trabalho é dedicado ao meu amado
esposo Cássio e meus queridos pais.

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.

Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa.

“Por isso aprendemos sempre”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho consta com uma pesquisa exploratória que buscou evidenciar as percepções de professoras de uma escola infantil no município de Uruana. A temática da saúde na escola vem ganhando muito e espaço entre os debates nos meios acadêmicos. A realização do estudo demonstrou momento que os conteúdos de saúde é de suma importância para que possa nos ater ao desenvolvimento do processo de formação, bem como participar da real situação escolar do aluno. Ainda, se propôs demonstrar as impressões obtidas durante a realização da a pesquisa exploratória bem como relatar a importância das práticas de planejamento e elaboração de aulas para os profissionais de educação física e outros que atuam com ensino de tal disciplina.

Palavras-chave: Ensino; Educação em Saúde; Pesquisa Exploratória; Educação Física.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
1.1 Problema de pesquisa.....	09
Objetivo geral.....	10
Objetivo específico.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 A questão da saúde e os direitos	13
2.2 O papel da escola na promoção de aspectos da saúde	19
2.3 Formação inicial em educação física.....	21
2.4 Formação permanente dos professores de educação física.....	23
3 METODOLOGIA, ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

O tema da saúde na educação infantil tem se mostrado como algo de grande preocupação para sociedade em geral.

Como exemplo, pode se mencionar obesidade na infância e na adolescência está diretamente relacionada à obesidade na idade adulta. Cerca de 50% de crianças obesas aos 6 meses de idade e 80% das crianças obesas aos 5 anos de idade permanecerão obesas. Além disso, aterosclerose e hipertensão arterial – doenças típicas de adultos – são processos patológicos iniciados na infância e relacionados à obesidade. Outras doenças, como dislipidemias, diabetes, hipertensão arterial, problemas ortopédicos e distúrbios alimentares, também estão relacionadas à obesidade (LAMOUNIER, 2009).

Atualmente observa-se que a maioria dos pais com filhos em idade escolar dispensa pouco tempo para acompanhar efetivamente a vida destes, e assim orientá-los a escolherem os alimentos mais adequados a saúde, ou que desenvolva atividades físicas regulares (LUCAS, 2005).

A presente monografia de buscou fazer uma análise do contextual com os professores da escola tomada na pesquisa acerca de conhecimentos a respeito de educação e saúde na educação infantil e as possíveis contribuições da educação física para evitá-la. O estudo que se propõe pretende auxiliar na fundamentação de novas pesquisas sobre o tema, que por sua vez tem grande importância no território da educação física especificamente trabalhada no ambiente escolar.

1.1 Problema de Pesquisa

Quais as atribuições as professoras de um escola infantil municipal de Uruana fazem em relação à Educação Física e Saúde?

OBJETIVOS

Geral

Investigar as percepções de professoras de uma escola infantil municipal de Uruana sobre a relação que estas fazem entre o ensino de E.F e a temática da Educação em saúde.

Específicos:

- Pesquisar como as educadoras entendem as aulas de Educação Física e sua relação com os conteúdos de Educação em Saúde;
- Compreender a realidade vivenciada em suas práticas pedagógicas;
- Verificar como as educadoras entendem a importância da educação física em sua praxe.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, buscou realizar uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de buscar bases teóricas sobre assuntos relacionados ao tema da pesquisa exploratória realizada. Desta forma propôs-se demonstrar algumas concepções vários autores.

2.1 – A questão da saúde e os direitos humanos na ótica educacional

É reconhecível para as sociedades que os Estados são responsáveis pelo direito à saúde de suas populações. Atualmente, muito se tem falado sobre Direitos Humanos. Isto é bem evidenciado, que em dezembro de 1966 a Assembléia Geral das Nações Unidas reconheceu que a saúde é um direito inerente ao homem. Assim, a garantia à saúde adquire um *status* de direito humano, ou seja, algo necessário para construir sua cidadania. Contudo, antes disto a saúde já havia sido reconhecida como algo de valor inviolável para a vida humana, tanto que em 10 de dezembro de 1948, John Peters Humphery, jurista canadense que exercia o cargo de diretor de recursos humanos para a Organização das Nações Unidas (ONU), com apoio de alguns colaboradores, aprovou o projeto da criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A partir daí, a Declaração passou a ser conhecido como a “Carta Magna da Humanidade”, um documento de valor internacional no qual a saúde aparece como um direito fundamental, ou seja, que jamais pode ser omitido (GAZZINELLI, 2006).

O documento supracitado instituiu mudanças no âmbito das práticas e teorias, inclusive na aplicabilidade do direito internacional. Pois nela são reconhecidos que os Direitos Humanos são assuntos que merecem a atenção mundial.

Para se entender de maneira mais ampla a relação entre os Direitos Humanos e a saúde, é de grande valia observar as considerações que se segue:

Nunca como hoje se falou tanto em Direitos Humanos”. Afirma-se que ninguém pode ser preso sem motivo previsto em lei porque as pessoas têm o direito humano de ser livres. Diz-se, também, que todo indivíduo tem o direito humano de dizer o que pensa. Mais, fala-se que todas as pessoas têm o direito humano ao trabalho, à educação. No entanto, por toda parte, o que se vê é o desrespeito a nesses direitos. Todos os dias lêem-se nos jornais que determinados governantes, insatisfeitos porque existem pessoas que discordam de suas opiniões, prendem e matam essas pessoas. Ouvem-se diariamente notícias dando conta do aumento sempre constante do número de pessoas que não encontram emprego. “A televisão mostra frequentemente

povos inteiros morrendo de fome, mas mostra também a destruição de alimentos pelos produtores para forçar uma alta no preço de seus produtos.” (Dallari, 1989, p.4).

É constatado que há uma falha no tratar e na execução dos reais direito humanos, apresentado pela autora acima citada, em seguida ela observa que mesmo diante de tais embates o homem ainda acredita no valor de seus direitos enquanto ser humano.

Vê-se que os meios de comunicação que ajudam a divulgação dos Direitos Humanos são os mesmos que dificultam o respeito a esses direitos. Isso porque a notícia das constantes violações dos direitos do homem gera nos próprios homens a descrença nesses direitos. Mas por que não se deixa de falar em Direitos Humanos, apesar da descrença neles? “Parece evidente que a resposta está no fato de os Direitos Humanos serem inerentes à pessoa humana, isto é, são direitos que decorrem da própria humanidade do homem. (Idem, 1989, p. 5).

A saúde é um direito inerente ao homem. Uma vez que ela permite a integralidade da vida humana. Sem saúde, ou mesmo a privação da busca desta, o homem não pode exercer seu papel com parte de um corpo social (GAZZINELLI, 2006)

No art. 196 da Constituição Federal de 1988, é declarado que a saúde é um direito de todos e que o Estado tem por dever garantir a saúde mediante políticas sociais e econômicas. Assim, essas medidas têm o intuito de reduzir o risco de doenças e de outros agravos e ainda disponibilizar o acesso universal calcado na igualdade para as ações e serviços para promover, proteger e manter a saúde da população.

Ao se falar em saúde, boa parte das pessoas pode ter em mente a imagem de hospitais, ou até outras formas institucionais para tratamento de doenças. Contudo, nas instituições educacionais brasileiras atuais, há um mecanismo padronizador, que são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que em seu volume 9, trata temas relativos à saúde no âmbito escolar.

Como todos os volumes, o caderno de nº. 9 dos Parâmetros Curriculares Nacionais, são calcados em trabalho de pesquisadores da grande área de interesse. Neste compêndio, observa-se que o tema da saúde é abordado com um caráter formador, isto é, em um contexto de formação continuada.

Neste mesmo contexto e sentido a respeito da legislação vigente, é importante ainda observar as atribuições trazidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Toma-se três artigos que tratam puramente da educação infantil.

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré – escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31 Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

De acordo com a Constituição Federal (1988) Art. 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Assim, mais que oferecer vagas é preciso oferecer condições para o seu desenvolvimento e aprendizagem, para que eles possam ser cidadãos atuantes e críticos e ingressar no mercado de trabalho para cobrir as vagas que lhes são destinadas.

2.2 – O papel da escola na promoção de aspectos da saúde

A dinâmica da pedagogia moderna, sem dúvida, busca refletir as inquietações presentes no solo da política vigente. Assim, uma de suas funções basilares é promover um balanceamento dos interesses do indivíduo com interesses e os fins do Estado (MOTA, 2005).

A pedagogia passa a figurar em um aspecto propriamente social. Desse modo, não é obviamente interessante desvincular a pedagogia dos interesses da coletividade, pois assim estaríamos deixando de observar o caráter social e relacional da educação (PETITAT, 1994).

Com a criação dos PCNs, ficou possível visualizar temas de aspectos transversais que devem ser focalizados no âmbito escolar. Todavia, não é muito claro como tais temas precisam ser abordados no seio das instituições de ensino, ou se ainda estão tendo aplicabilidade fora dos muros da escola (MOTA, 2005).

É observável por parte da população, que muitas vezes há uma clássica desvinculação no pensamento popular dos conteúdos ensinados na escola e sua real aplicabilidade fora dela. Contudo, há pesquisadores como Manacorda (1989) e Cambi

(1999), que alegam que desde a antiguidade o homem soube entender a necessidade de instruir a criança com uma preparação que viesse permitir-lhe uma melhor adaptação ao convívio e às atividades dos adultos. Como exemplo citado na história, pode-se dar as cerimônias como o Agojé em Esparta, que treinava os meninos para se tornarem guerreiros (JACOBI, 2001).

Assim, pode-se ver que a educação figurada no professor e conseqüentemente no âmbito escolar, há muito tempo está intimamente relacionada ao aprendizado inerente à vida em sociedade. Socialmente é inconcebível uma escola na qual o ensino está desmembrado aos interesses e da formação que apoiam a vida em coletividade. Nesta visão, as questões acerca de importância primordial da educação, visto que para haver uma aprendizagem efetiva, o educando deve desfrutar de saúde em diversos aspectos como social, físico e mental, nos quais a educação poder dar sua contribuição (FREITAG, 1994).

A interação de conteúdos de saúde no espaço escolar pode ser entendida por um prisma de observação sócio-pedagógico. Seu valor pode ser sintetizado ou mesmo teorizado na perspectiva da formação social do aluno. É uma busca pela tomada da consciência na qual se pretende instruir para a preservação da saúde, que por sua vez garante um melhor perspectiva de vida no seio coletivo (JACOBI, 2001, MINAYO, 2006).

É bem evidente que as práticas corporais e esportivas se firme, atualmente como um fenômeno próprio da cultura e que mostra grande alcance e visibilidade de modo a ser abordada globalmente em todas as partes do mundo. A considerável gama de modalidades esportivas que para exemplificações pode se mencionar aquelas manifestadas nas danças, educação física acadêmica, os exercícios por lazer e recreação, os esportes de lutas e os movimentos corporais alternativo, abrangem indivíduos em várias e diferentes perspectivas culturais, quer estes estejam como praticantes, ou como plateias.

A Educação Física, conseguindo introduzir com competência e organização a formação de indivíduos críticos com perspectiva emancipadora, poderia iniciar um processo concreto de redimensionamento da educação do jovem no Brasil e ser imediatamente acompanhada pelas demais disciplinas escolares, pois, na verdade, só existe uma formação crítico-emancipatória da escola e não de uma disciplina” (KUNZ, 1994).

Os conteúdos propostos nos currículos escolares devem observar o educando como indivíduo complexo, e ainda entender a inter-relação do mesmo com o ambiente social no qual está inserido. A saúde constitui um processo de difícil teorização, uma vez, que há muitos embates envolvidos. Porém, há bons estudiosos, teóricos e pesquisadores que têm como eixo de trabalho a tentativa de esclarecer alguns problemas envolvidos em questões deste ângulo como Machado et al., (2007) e Mattos (2003), os quais entendem que é preciso pensar em saúde em um contexto e dinâmica social. Como exemplo, pode-se apresentar ainda algumas ideias do pesquisador português Joaquim Reis. De acordo com este pesquisador:

As fronteiras entre saúde e doença, entre bem-estar e mal-estar, estão longe de serem claras, já que são disseminadas por considerações culturais, sociais e psicológicas. A concepção biomédica tradicional, onde os índices biológicos são o critério último para a definição da doença, leva o presente paradoxo, no qual é dito a algumas pessoas com resultados laboratoriais positivos que têm necessidade de ser tratadas, quando de facto se sentem bastante bem, enquanto que outras sentem-se doentes, mas é-lhes assegurado que estão bem, ou seja, não têm doença (REIS, 1998, p.75).

Fica claro que a escola tem o papel de socializar o alunado. Desde a década de 30 há pesquisas que evidenciam a função da escola neste contexto. O psicólogo Lev Vygotsky afirmava que o ensino deve ser um processo social. Seus estudos alegavam que o aprendizado humano ocorre devido à compreensão a partir do contato com a sociedade. Nesse sentido, Vygotsky afirmou: “Na ausência do outro, o homem não se constrói homem” (apud SCHÖN, 2002, p.46). Assim, tendo também como base Daniels (2003), pensar em saúde como um processo de construção e conscientização coletiva é pensar em meios que ajudem ou ser humano ter autonomia de sua dignidade.

Uma visão interacionista na qual se articula saúde e educação não é algo tão recente no meio acadêmico brasileiro. O visionário da educação brasileira Darcy Ribeiro, ao elaborar um projeto para uma melhor estruturação pedagógica para os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), frisou a importância de uma escola em tempo integral onde seria oferecido ao educando um aparato educacional multidisciplinar. Este, por sua vez, atenderia as exigências necessárias para a formação de caráter mais justo e humanizado. Assim, a instituição de ensino na visão de Darcy Ribeiro, teria como uma de suas obrigações para o educando, oferecer-lhe provisão – inclusive no que diz respeito à saúde em seus aspectos preventivos e curativos – para

melhor aproveitar e desenvolver suas habilidades durante o processo educativo (BOMENY, 2009).

Entretanto, a aplicação de conceitos como os vislumbrados por Darcy Ribeiro, só vieram efetivamente serem concebidas há pouco tempo no Brasil, a partir da década de 90 (BOMENY, 2009).

Para visualizar a contribuição de trabalhos que enfocam a temática da saúde e sua relevância na escola, é interessante observar as considerações de John Dewey que se segue:

A educação é uma regulação do processo de participação na consciência social. E a acomodação da atividade individual sobre a base desta consciência social é o único método seguro de reconstrução dos costumes. Esta concepção leva na devida conta os ideais individuais e sociais. É acertadamente individual, porque reconhece que a formação do caráter é a única base legítima de uma vida digna. É social, porque reconhece que esse caráter reto não se forma tão-só por preceitos e exortações, mas sim pela influência da vida coletiva sobre o indivíduo.” (DEWEY, 2003, p. 54, apud (PIMENTA, GHEDIN, 2002, p. 36).

Diante do que foi exposto, é evidente que alguns autores entendem a saúde como um processo holístico em construção que depende de uma gama articulada de fatores. E, que não é apenas um estado físico ausente de patologias somáticas. A educação interligada e atuante nesse processo possibilita ao educando que está em formação direcionar suas ações para galgar um posicionamento ético no contexto social e ainda poder primar por seus direitos enquanto ser humano e parte integrante de uma sociedade democrática (BAGRICHEVSKY, ESTEVÃO, PALMA, 2003)

Semanticamente, a palavra saúde em língua portuguesa tem sua origem derivacional do termo *salute* que originalmente em latim conota-se como salvação ou ainda preservação da vida (REIS, 1998).

Ao se falar de saúde e tentar estabelecer discussões elucidativas sobre sua relevância no espaço escolar, é interessante buscar – mesmo que de forma sucinta, pois, os conceitos neste caso são bem amplos – algumas teorizações e significações sobre o tema. Há uma boa gama de possibilidade de conceituações acerca de saúde. Porém, observa-se que muitas são reducionistas, generalistas e até mesmo repetitivas. Tentaremos abordar alguns conceitos claros e que permitam reflexões.

Em 1948 a Organização Mundial de Saúde (OMS) estabeleceu saúde como “estado de completo bem estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença” (MINAYO, 1992).

Em 1978, na cidade de Alma-Ata no Cazaquistão, que até então fazia parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ocorreu a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários da Saúde. Nesta ocasião, a conceitualização sobre saúde foi um pouco estendida, pois, foi afirmado que esta para estar ativa no meio populacional depende de muitos fatores sociais e econômicos, e não apenas das autoridades responsáveis pelas repartições de saúde (MINAYO, 2006).

É possível relacionar este enfoque com o que é fornecido pela Constituição Federal de 1988. Nela é explicitado no seu art. 196 que a saúde é direito de todos, garantida mediante redução do risco de doença e de outros agravos a partir de políticas sociais e econômicas. Também é direito de todos o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (GAZZINELLI, 2006).

Segundo uma visão semelhante, Minayo (1992, p.11), a saúde é o resultado das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transportes, emprego, lazer, liberdade, acesso a posse da terra e acesso aos serviços de saúde.

Collares e Moisés (1989,) alegam que saúde deve ser entendida como resultado condicional de vida, determinada pela inserção do indivíduo no meio de produção, dessa forma, a saúde não se ensina, se discute; discute-se a relação entre saúde e condição de vida, discute-se o direito de toda a população em viver em condições adequadas.

Por outro lado, Canguilhem (2006, apud BAPTISTA, 2013), aponta para uma ideia de que saúde insta como a capacidade do organismo de responder às infidelidades do meio no qual ele se encontra. De acordo com Baptista (2013), tal definição é bem coerente, uma vez que leva em consideração a relação do ser humano no ambiente no qual se mantém vivo. Neste sentido, a qualidade ou mesmo condições de saúde dependem não somente dos componentes biológicos, mas, ainda estão relacionadas às dimensões mentais, espirituais, sociais, econômicas, religiosas do indivíduo, e não estão puramente configuradas no organismo físico. O autor complementa afirmando que neste caso em que as determinações do processo saúde-doença se estendem, é viável visualizar novos meios de debate, o qual se põe em um campo mais vasto onde se entende que a saúde é considerada instância multifatorial e determinada por varias condições como:

[...] de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse de terra e acesso aos

serviços de saúde. É assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida. A saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas (BRASIL, 1986, p. 4, apud BAPTISTA, 2013, p. 15).

Podemos ainda, pôr em destaque a concepção de Neiman:

A saúde nos deixa de bem estar físico, mental, social e espiritual, afastando a ausência de muitas doenças, a saúde representa um estado dinâmico de bem estar positivo daqueles que possuem hábitos que promovem a saúde, diminuindo o risco de doença prematura e morte. (1999, p.04).

Para Jacobi (2001), nesse estágio histórico a escola agora é caracterizada como órgão público, órgão do Estado, cuja finalidade se resume a coordenar e regularizar de modo mais largo as necessidades próprias da vida coletiva.

A escola deixou de ser entendida como um espaço de “transmissão” de conhecimento quando vista em uma perspectiva reflexiva. Ela é um terreno fértil e produtivo para transformações sociais e de cunho do interesse comum. Neste espaço, pode se afirmar que qualquer ação cuja finalidade seja proporcionar educação em saúde, isto é, viabilizar a construção de conhecimentos que colabore com práticas para uma vida saudável em vários aspectos, como físico mental (SCHÖN, 2000).

Segundo dados do Ministério da Educação, a rede pública é responsável pelo atendimento na educação básica por 26% da população brasileira. Mais de sete milhões de crianças estão matriculadas na Educação Infantil; mais de 33 milhões no Ensino Fundamental; No Ensino Médio, ultrapassam a casa de 8 milhões de adolescentes e jovens, enquanto a Educação Profissional tem cerca de 750 mil jovens e adultos atendidos. Além disso, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) beneficia mais 5,6 milhões de cidadãos (ABRUCIO, 2010).

Desse modo, no Brasil, o aluno permanece em média 5 horas diárias nas dependências da escola. Mesmo aparentemente sendo um espaço de tempo pequeno, observa-se que a maioria dos pais dos alunos acredita que neste período a escola é capaz de instruir e orientar seus filhos acerca de diversos temas (PARO, 2000).

Muitas responsabilidades vêm sendo entregues à escola, ora por falta de tempo dos pais, ora por falta de conhecimento dos mesmos. Muitos assuntos dentro do eixo temático da saúde como Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), dependências

química, gravidez precoce têm ganhando espaço nas discussões no espaço escolar (PARO, 2000).

A saúde no contexto escolar, na maioria das vezes primará pelo aspecto preventivo. Ao se proceder de tal maneira que focaliza prevenção é possível planejar um trabalho de cunho didático-pedagógico que almeja focar principalmente a saúde, e não a doença (MOTA, 2005).

Devido o que já foi apresentado sobre a permanência e a falta de condições financeiras, sociais dos pais dos alunos, os programas de saúde com ações no espaço escolar constituem vital importância para a manutenção da saúde dos mesmos. Visto que o principal objetivo é de caráter educativo-preventivo, constando como uma forma de conscientizar a população escolar (BAGRICHEVSKY, ESTEVÃO, PALMA, 2003)

Para Bastos (1999), a preocupação da saúde na escola não deve somente ter como preocupações simples informações e temas sobre a saúde. De maneira funcional, a educação associada à saúde apenas poderá ser relativamente atuante se efetuar mudanças no cotidiano da criança, instigando-a a ser mais consciente no que diz respeito à necessidade de conservar, promover e manter a saúde. A educação para a saúde deve ser aceita como componente integrante do processo de educação de um modo geral, e, deve ser iniciada na fase pré-escolar.

2.3 Formação inicial em educação física

A formação inicial de um professor de Educação Física escolar, tem início na graduação. Tal ponto consta como uma etapa fundamental no processo de formação profissional, pois é dentro desse contexto que o acadêmico busca ainda mais se aprimorar e também se aprofundar na dinâmica da docência, ou seja, é possível um contato maior com a realidade escolar nos mais diferenciados focos da educação física. Sendo assim, na formação em licenciatura em Educação Física, em geral o graduando tem como campo de experiências a escola, na qual o foco em é em um primeiro momento para a investigação e observação das aulas de educação física e em um segundo momento o planejamento e prática da semidocência (KRUNG, 2001).

Na atualidade, muito se tem debatido e comentado a respeito da relevância da formação de profissionais docentes em Educação Física. Tal assunto, tem tomado uma considerável importância em nos meios acadêmicos, profissionais e ainda políticos, entre outros meios, os quais se interessam pela construção e melhoria no espaço

educacional (KRUG, 2010). Dessa maneira, no que é inerente a composição das disciplinas que constam de modo geral nas matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em Educação Física, a educação em saúde, tem grande destaque.

Sendo que isso se dá devido a sua relevante posição e valor pedagógico para o professor, que nesse dado momento se encontra em meio ao processo de formação de sua identidade profissional (MONTEIRO, 2002).

Assim, fica evidenciado que o principal foco e meta de um curso de Licenciatura em Educação Física é promover um habilitação do profissional para atuar na docência, proporcionando e também tendo como exigência a necessidade de se observar a educação nesta modalidade como constituída por conhecimentos multidisciplinares que por sua vez permeiam vários aspectos da vida humana como as fases de crescimento e desenvolvimento humano, bem como os enfoques pedagógicos e metodológicos utilizados em suas aulas (KRUG, 2001).

De maneira bem direta e objetiva nesse contexto, pode se alegar que no bojo das concepções pedagógicas a Educação Física Escolar tem a *priori* uma proposta didática que tem sintonia com a atual lei referente à educação no Brasil, que propõe o papel do professo é de promover uma introdução e iniciação integradora de todos os educando na cultura corporal do movimento (BRASIL, 2005). De maneira um pouco mais ampla, isto denota que a Educação Física, traz em si mesma outros objetivos como (BATISTA, 2006, p. 34):

- **Promover** o lazer;

- Auxiliar expressão de sentimentos, emoções e afetos;
- **Promover**, manter e apoiar aspectos relativos à melhoria da saúde;
- Permitir a ampliação de conceitos importantes para a vida em sociedade como autonomia, cooperação e interação social;
- A construção de valores e princípios que permeiam a democracia;
- **O estabelecimento, compreensão e valorização** das múltiplas variações da atividade física em seu interesse social e ainda sua relatividade com um mercado de trabalho em ascensão. (Grifo Nosso).

No meio escolar, a Educação física já demonstrou ao longo da história, vivenciada no terreno da escola, que além dos benefícios e objetivos supracitados, que podem ser entendidos como contribuições dessa área para a formação da autonomia das crianças em sua vida cotidiana.

Há também a necessidade esclarecer que o docente de Educação Física, assim como os professores das demais disciplinas que compõe o currículo da educação básica no Brasil, é antes de tudo, um educador, que por sua vez, faz parte de todo um processo de formação da identidade cidadã do educando. Logo, a ele não compete apenas “passar” informações. Este profissional está na posição de, também, representar sua contribuição no processo legitimação do valor educacional e social que ultrapassa os conteúdos delimitados nos planos de ensino (HURTADO1988).

2.4 Formação permanente dos professores de educação física

A educação é sem dúvida um processo que, ao longo de sua história, passou por várias transformações, decorrentes de uma diversidade de fatores, culturais, sociais, tecnológicos e econômicos (ALVES, 2003). Nesse mesmo sentido, a Educação Física e seu ensino, evoluíram uma vez que, com alvorecer do conhecimento as ciências e as artes tomaram rumos novos condizentes com a situação, a época e o contexto histórico em que estão inseridos.

A reflexão sobre a prática na sala de aula, assim como a relação com os alunos, o tipo de metodologia empregada nas aulas, a avaliação do trabalho e o replanejamento delas é fundamental para o resgate da motivação dos alunos pela escola. Ao analisar a metodologia de trabalho das séries iniciais e a das séries finais percebe-se uma grande diferença entre ambas. Enquanto de um lado todas as atividades são voltadas para os interesses reais da criança, do outro não existe esta preocupação, regularmente os

adolescentes ficam em salas de aulas que são usadas pelas turmas das séries iniciais, repletas de murais formados por personagens, heróis e vilões do mundo infantil (FIEL, 2002).

Acompanhar e se manter ativo a essas mudanças não é uma tarefa fácil para o professor, e cabe a este, que também esteja em constante aprendizagem e reflexão de sua prática e ação pedagógica, pois só assim ele estará cumprindo sua função social como profissional comprometido com a profissão escolhida, quebrando os paradigmas e indo além das aulas meramente expositivas que resultam em monotonia, tendentes à saturação e à conseqüente falta de aprendizagem (FREIRE, HORTON, 2003).

Nesta mesma perspectiva, é interessante observar que efetivamente uma formação permanente deve estar intimamente relacionado a alguns fatores, que Gunther (2000, p. 36) alega que:

[...] a experiência, a competência técnico-científica, a competência comunicativa e da argumentação a fim de contemplar uma adequação aos avanços tecnológicos e científicos e às conquistas sociais, dentro de uma perspectiva de reconstrução permanente da própria prática pedagógica, reconstrução esta, que se faz através da reflexão crítica sobre essa prática. A formação permanente surge como um auxílio para profissionais da Educação, uma ajuda cuja finalidade é aprimorar ou possibilitar mudanças nas questões de ordem pedagógica, ou até mesmo, fazer mudanças no seu desenvolvimento e aplicação de conteúdos. No entanto nem sempre isto ocorre, ficando o processo pautado por procedimentos de caráter funcional.

Silva (2006), faz uma reflexão sobre a construção de sentidos por parte de alunos e professores, constatando que a leitura de textos, imagens e códigos, feitos nas escolas através de diferentes recursos didáticos e pedagógicos disponíveis, como: histórias em quadrinho, livros didáticos e paradidáticos, gramáticas, dicionários, computadores, ipodes, uso do data show, mp3 e tantas outras possibilidades visuais e auditivas, dinamizam as aulas e contribuem para os processos de significação que alicerçam a leitura, escrita e a construção de conhecimentos nos processos educacionais.

Na mesma perspectiva, Schön (2002, p. 87), infere que:

(...) Nessa perspectiva o desenvolvimento de uma prática reflexiva eficaz tem que integrar o contexto institucional. O professor tem de se tornar um navegador atento à burocracia. E os responsáveis escolares que queiram encorajar os professores a tornarem-se profissionais reflexivos devem criar espaços de liberdade tranquila onde a reflexão seja possível. Estes são os dois lados da questão – aprender a ouvir os alunos e aprender a fazer da escola um lugar no qual seja possível ouvir os alunos – devem ser olhados como inseparáveis.

Usar recursos midiáticos e tecnológicos com metodologias e planejamentos específicos para as aulas são ações importantes para o resgate da ludicidade escolar, e uma mecanismo que é viabilizada por uma formação continuada, pois são estes recursos que povoam a vida das crianças na atualidade. Atividades assim exigem planejamento e domínio dos recursos por parte dos professores, mas certamente garantirão maior interesse por parte dos alunos (TARDIF, LESSARD, 2007).

Em termos de perspectivas, recorremos ao posicionamento de FREITAS (2002, p. 163).

É preciso que recoloquemos em questão as construções históricas dos educadores na luta pela formação de qualidade e por uma política global de formação dos profissionais da educação e de valorização do magistério. Retomar as discussões sobre os fins da educação significa trazer à tona a questão dos projetos históricos e do futuro que queremos construir hoje para nosso povo, lidando com as contradições próprias dos processos educativos.

Debates na tentativa de entender o dimensionamento da saúde no contexto educacional contemporâneo firmam sua relevância na necessidade de estender os espaços para reflexões produtivas no campos da saúde e da própria educação e com isso potencializar um processo de tomada de consciência da população para uma vida mais ativa e proveitosa, uma vez que entende-se que a educação física pode oferecer meios através de suas práticas pedagógicas que fomenta debates e discussões bem-sucedidas acerca da temática da saúde no território educacional, fazendo com isso a gesticulação necessária para que conteúdos de Educação em Saúde possam trazer melhoria para a qualidade de vida das pessoas (FERREIRA, 2001).

Assim, a educação física poderá estar servido como meio que possa intervir em realidades problemáticas como no caso do aumento da taxa de crianças em idade escolar que apresentam obesidade entre outras doença relacionadas pela falta de práticas saudáveis que podem ser instruídas através das aulas de Educação Física (LAMOUNIER, 2008).

2.5 Educação física na educação infantil

Na sociedade em que vivemos, as práticas corporais na escola são associadas ao exercício físico e ensino de esportes. Contudo, mesmo que o ensino destas já se

tornaram muito importante e legitimado no espaço escolar atual é mister salientar que o ensino de educação física não se configura como algo que surge na atualidade. É o resultado de conceitos e práticas que há muito tempo foram sendo arquitetados no pensamento das civilizações e sociedades ocidentais. Neste sentido, as significações e sentidos da educação física foram e ainda são modificadas não só devido a temporalidade e outras determinações macroestruturais (como a ordem econômica, as ideologias, as instituições, etc) mas também em relação a localidade onde ocorreram ou ocorre (GOELLNER, 2003).

Pesquisas com caráter de mapeamento em História da Educação assinalam que a Educação Física tendo seu advento na Educação Infantil, inicialmente se preocupou em ter como objetivo oferecer instrumentos que viabilizasse o desenvolvimento das características psicomotoras das crianças, agindo através de atividades que considerassem a área motora, o que permitiria um maior desempenho no processo de alfabetização, conseqüentemente dando apoio às aprendizagens no aspecto “cognitivo” (RODRIGUES, 2005).

O espaço escolar, nas salas de aula iniciais, reflete o mundo que a criança vive, os desafios propostos pelos professores são aceitos com motivação e aprender é uma grande satisfação, os alunos compreendem e aprovam os métodos utilizados pelos professores que são basicamente compostos de brincadeiras, atividades ilustradas com personagens do seu mundo infantil, trabalhos direcionados em grupo e repletos de incentivos orais, escritos e expostos na sala de aula (BORGES, 2002).

A motivação dos alunos para a aprendizagem através de conteúdos significativos e compreensíveis para eles, assim como de métodos adequados, é fator preponderante na atitude de concentração e atenção dos alunos. Se estes estiverem envolvidos nas tarefas diminuirão as oportunidades de distração e de indisciplina (ZABALA, 1996, p. 253).

Ao prazer gerado a partir da descoberta da linguagem corporal, Carmo Júnior analisa que:

Com a descoberta da linguagem, a criança encontra sua humanidade, autêntica, física e direta. É o primeiro esplendor da vontade viva e vigorosa, métrica e poética. Neste sentido, o corpo biologicamente instituído no mundo se oferece à primeira dança da vida. No verdadeiro sentido da representação, todo ser é artista e todo ato faz sentido. Eis uma noção da subjetividade corporal, quando se manifesta nos códigos do gesto humano, o jogo humano da palavra com as coisas (p. 19, 1995).

A Constituição Federal de 1988 regulamentou vários aspectos relacionados a educação. No capítulo 2, artigo 205, garante que:

[...] a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 6).

Reafirmando o texto da Lei Magna do país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, 9394/96, no título II, Artigo 2, reafirma praticamente o mesmo texto:

[...] a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p.32).

Na mesma linha de raciocínio reforçando a garantia expressa na constituição e na LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, legalizado pela lei 8.069, de 13 de julho de 1990, no artigo 53, diz:

[...] a criança e o adolescente têm direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: Igualdade de condições para o acesso e a permanência (BRASIL, 1990, p.54).

Embasado pelo discurso das principais leis que regem a educação é possível afirmar que hoje o direito a ela é garantia primordial, no entanto a lei por si só não muda o sistema educacional de um país, é preciso que a sociedade lute pelos seus direitos e exija uma educação igualitária, qualitativa e eficiente para todos os alunos, que garanta não só o seu ingresso, mas também a sua permanência, independente de sua idade ou nível escolar, oferecendo um ensino que esteja de acordo com os interesses do público ao qual se destina. Entretanto dados comprobatórios dos censos escolares, mostram que no Brasil ainda existem altas taxas de analfabetismo, distorção idade-série, evasão,

repetência, abandono e reprovação, ferindo assim o que estabelece a Constituição Federal, LDB 9394/96 e ECA.

As autoras Marques, Krug (2008), afirmam que atualmente há muitos debates e discussões acerca da Educação Física Escolar vista dentro de âmbito e contexto cultural, sendo que é partindo deste ponto de reflexão que se pode entender e teorizar a Educação Física como um componente constitutivo da cultura humana, isto é, práticas, relativas ao exercício corporal e as movimentações locomotivas, inventadas pelo ser humano no decorrer de sua existência e historicidade. Destarte a Educação Física se aloja teoricamente em uma configuração de ciência que pesquisa e opera reflexivamente sobre um conjugado grupo de jogos, danças, lutas, esportes, brincadeiras, ginásticas e ainda de teorias e concepções metodológicas. Seguindo tal perspectiva é que se tem pensado na atualidade sobre uma cultura corporal que também é chamada de cultura física ou também de cultura de movimento.

A educação transformadora é aquela que busca constantemente novas técnicas e metodologias que diversifiquem o trabalho grupal, inserindo o sujeito como parte principal desta ação e transformando nossa realidade, e para isso somos constantemente levados a repensar nossas ações e nossas práticas. Desta forma é preciso estar aberto aos avanços e mudanças que fazem parte do meio social onde a informação é o principal conteúdo desta nova sociedade construída através da convivência do ser humano, das relações estabelecidas e de uma boa qualidade de vida (MARQUES, KRUG, 2008, p.1).

Há também a necessidade esclarecer que o docente de Educação Física, assim como os professores das demais disciplinas que compõe o currículo da educação básica no Brasil, é antes de tudo, um educador, que por sua vez, faz parte de todo um processo de formação da identidade cidadã do educando, logo, a ele não compete apenas “passar” informações. Este profissional está na posição de também representar sua contribuição no processo legitimação do valor educacional e social que ultrapassa os conteúdos delimitados nos planos de ensino (HURTADO1988).

3 METODOLOGIA, ANÁLISE E DISCUSSÃO

O estudo se configura como um pesquisa exploratória sobre as percepções de professoras de uma escola infantil sobre educação e saúde. Segundo Gil (1999, p.23), as pesquisas exploratórias “visam proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximado”. Para isso serão estudados textos de autores que interajam através da temática com a finalidade de garantir uma abrangência maior no que diz respeito ao assunto em foco, objetivando assim uma fidelidade necessária na conclusão das informações colhidas.

A escola trata-se de uma instituição de educação infantil municipal que atende puramente alunos do município onde está situada.

Observa-se que dentre as quatro professoras abordadas para a pesquisas duas possuíam graduação já concluída em Pedagogia, sendo que uma delas também é graduada com licenciatura em História – ambas com pós-graduação *latu sensu*. Contudo, nenhuma das professoras participantes possui formação ou estão cursando Licenciatura em Educação Física.

Optou-se por identificar as professoras pelas iniciais de seus nomes com o intuito de manter a identidade por solicitação de duas delas.

A primeira professora abordada na pesquisa F. R. A, até o momento da entrevista tinha 18 anos. Estando cursando Pedagogia em uma instituição particular de ensino na modalidade EAD, sendo está a mais nova em relação a idades das demais. A média de idade das professoras pesquisadas foi de $26,5 \pm 8,8$ anos, demonstrando que este é um grupo de professoras ainda jovens.

Nenhuma das entrevistadas alegaram terem cursado alguma disciplina durante sua formação acadêmica que tratasse da temática de saúde e educação. Abaixo seguem as perguntas discursivas aplicadas a entrevistadas e as respostas apresentadas pelas professoras enfocadas na pesquisa.

As professoras pesquisadas responderam também outras questões consideradas relevantes para este estudo. Ao serem perguntadas “Como você avalia a presença da Escola e da Educação Física na vida de uma pessoa?” as professoras emitiram as seguintes respostas:

Seria algo muito importante se exercido como deveria, pois ensina não só matérias, mais também valores para a vida” (Professora A).

Muito importante, pois a educação física desenvolve na pessoa o desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo, exercícios que levam o ser humano a ter uma vida mais saudável (PROFESSORA E.)

Na realidade, a presença da escola e da educação física na vida de uma pessoa não é apenas importante, mais sim necessário, pois estes tem o papel de mediar a sociedade, a cultura, a saúde na vida dos alunos, e formar verdadeiros cidadãos conscientes e críticos (PROFESSORA F.).

A escola é muito importante na vida de uma pessoa, ou seja é fundamental. Já Educação física é importante como as demais disciplinas em uma escola (PROFESSORA J.).

Como fica exposto, a professora “F” reconhece na educação física escolar como meio de mediar aspectos sociais bem como elementos de cultura e saúde. Contudo, como bem lembra Silva, Silva, Silva, Andrade (2007), a educação física não poderá por si só formar sozinha cidadãos, pois isto consta como um processo construído com uma gama fatores educacionais e sociais.

Todas entrevistadas reconhecem a importância da educação física no território escolar. Porém, a Professora “A” comenta: “Seria algo muito importante se exercido como deveria, pois ensina não só matérias, mais também valores para a vida”. Assim, infere-se que a entrevistada acredita que o ensino de educação física na escola não

corresponde com a forma correta de ser fazer metodologicamente, ou seja, que há vezes que este não é realizado de modo eficiente e cumprindo seu papel educacional.

Pode-se fazer uma comparação com o estudo de caso empreendido por Almeida (2011), no qual a autora propôs analisar as aulas de Educação Física ministradas por uma professora graduada apenas em pedagogia. A autora supracitada constatou que, embora as aulas se revelassem interessantes, pôde se observar uma repetição constante no conteúdo didático ministrado nas aulas. Com isso, a formação continuada foi apontada como alternativa para a melhoria das aulas, pois através dela a professora poderia adquirir maiores conhecimentos que a permitirá estrategicamente elaborar seu percurso metodológico.

Outra pergunta intencionou averiguar qual é a opinião das professoras direcionam para o trabalho do profissional de Educação Física que atua no campo escolar.

Ele é responsável por aspectos físicos e teóricos, falando com alunos tanto sobre saúde, quanto sobre entrosamento social (Professora A).

Minha opinião é que o professor de Educação física deverá oferecer aos alunos a compreensão de seu próprio corpo e de suas possibilidades (Professora E).

O professor de educação física escolar principalmente na educação infantil, é um profissional que precisa ser muito dinâmico, porém é necessário que seja autônomo e valorize a disciplina aplicada nessa aula de educação física, para que os alunos venham valorizar mais esta aula, tendo um olhar voltado não só para diversão e sim para o valor que esta contribui para a saúde e para o bem estar (Professora F).

Admiro muito o professor de Educação física em uma escola que se dedica (Professora J).

Ao se observar a resposta da professora F pode-se ver que esta interage bem com as considerações de Contreira e Krug (2010), pois a professora participante alega que o professor licenciado em Educação Física deve ter autonomia e ir além de brincadeiras, como ressaltam os autores. Ainda, ela chama atenção para a questão da valorização das aulas.

Já as professoras A e E apontaram semelhantemente para questões das práticas e ações metodológicas do profissional de educação física em sala de aula. A professora J,

declara sua admiração pelos profissionais que se dedica sem, contudo apresentar maiores considerações.

Outra pergunta que foi realizada diz respeito à relação entre Educação Física escolar e saúde. Abaixo, têm-se as respostas das professoras:

Sim, pois a aula de educação física seguida de exercícios físicos, jogos que permitem a socialização e a diversão é uma das ferramentas que se deve utilizar para ter uma vida saudável (Professora A).

Sim, o exercício físico é capaz de combater diversas doenças relacionadas ao sedentarismo (Professora E).

Sim, pois a aula de educação física seguida de exercícios físicos, jogos que permitem a socialização e a diversão é uma das ferramentas que se deve utilizar para ter uma vida saudável

Sim, pois atividades físicas realizadas em Educação física ajudam na saúde (Professora J).

Pensar em saúde no contexto educacional e, principalmente no meio escolar na infância explica sua importância pela necessidade de se buscar efetivar um âmbito para otimizar um indispensável processo de tomada de consciência para uma vida mais ativa e saudável das populações partindo da possibilidade da escola enquanto instituição sistêmica. Pensando nas respostas dadas pelas professoras participantes, entende-se que a educação física pode agir na promoção de debates e reflexões fecundas com este tema no campo da educação de modo geral, indo além das meras práticas curriculares como forma de modismos, sem a carecida crítica a modelos pouco reflexivos, ou seja como menciona Benardi et al., (2008), modelos ou práticas nas quais predominam apenas um determinado conteúdo, caracterizando assim como prática hegemônica. Betti (1999), menciona que o esporte tem sido por muito tempo uma prática de ensino caracterizada como hegemônica na realidade de muitas escolas de ensino fundamental e médio.

Ainda ao se tratar do tema, fazendo uma breve relação com a abordagem de Freire (2005), a discussão sobre educação física e saúde possui bases justificadas pelo próprio significado da dimensão da saúde e sua relação com a educação em um contexto relacional da atualidade. educação em saúde na concepção do referido autor pode viabilizar que o educando e os educadores pensem e entendam o corpo, não apenas como uma aglomeração óssea associada a músculos e tendões, hábeis para a prática do exercício físico, mas como corpo inteiro em todas suas dimensões, corpo portador de

consciência, capaz de pensar, sentir, agir, e que cria e recria situações, possuidor de sentimentos e sensações, que sente dor, que sonha e modificar-se (FREIRE, 2007).

Outra questão diz respeito à percepção das professoras em relação a alunos com sobrepeso ou obesidade. As respostas das pesquisadas foram as seguintes:

Não chegaram á obesidade ou nada do tipo, mas haviam crianças acima do peso adequado (Professora A).

Não (Professora E)

Não, mas sei que preciso estar preparada, pois se algum dia for professora de alunos com obesidade ou que estejam muito acima do peso, preciso estar ciente de como lidar com esta situação (Professora F).

Não (Professora J).

Como fica claro, nenhuma das entrevistadas afirmaram haver deparado em sala de aula com alunos que visivelmente apresentam obesidade. Esta pergunta foi elaborada e adicionada ao roteiro de entrevista com o objetivo de possivelmente fazer relação com a perspectiva de saúde e educação, contudo não houve respostas sobre isto. Segundo Giugliano e Carneiro (2004), o sobrepeso bem como a obesidade tem se demonstrado como uma preocupação para os especialistas em saúde públicas não apenas nas faixas etárias que compreendem a idade adulta, mas em especial, a infância período no qual o problema pode se iniciar e perpetuar ao longo da vida. Assim, os autores afirmam que obesidade pode ter início em qualquer idade, sendo desencadeada por vários fatores como a suspensão do aleitamento materno precocemente, a entrada inadequada de alimentos na dieta da criança, distúrbios de comportamento alimentar e da relação familiar, em especial nas épocas que especificamente se processa e aceleração do crescimento. Para tais autores, a escola pode oferecer meios que ajudem a evita esta doença por meio de prática educativas cujo o principal mecanismo é a conscientização através do ensino e da instauração de hábitos saudáveis como a prática prazerosa de exercícios.

Em linhas gerais pode-se observar que a obesidade é caracterizada como uma doença ou uma condição de aspecto etiológico que envolve um gama de fatores e tem apresentado uma grande dispersão de pessoas acometidas. No caso específico da população infantil O aumento da prevalência merece uma especial e atenção direcionada, pois em dados quantitativos o problema é realmente preocupante, uma vez que as condições de saúde da criança obsessa irão repercutir por toda sua vida (RIBEIRO, BORGES, 2010).

Mesmo na infância a atividade física, desempenha um importante papel na promoção e na manutenção da saúde da criança, pois, com esta se pode diminuir a possibilidade e o risco de obesidade, agindo efetivamente na regulação do balanço energético e conservando ou mantendo a massa magra em relação a da massa de que armazena gordura. Dos vários aspectos relacionados inatividade ou pouca atividade física das crianças tem se assinalado como um dos fatores mais associados à obesidade. Ainda é observável que os pais que com maiores níveis de sedentarismo, seus filhos em média apresentam maior predisposição para a obesidade na infância (GIUCLIANO, CARNEIRO, 2004).

Fica claro que a obesidade é uma doença de caráter associado não apenas a condições puramente genéticas e hereditárias, mas, que apresenta também uma intrínseca relação com o modo de vida, condições sociais e educacionais dos indivíduos.

A escola abordada na pesquisa se situa em um pequeno distrito com cerca de pouco mais de mil habitantes em uma zona rural cuja maioria dos alunos vive com no campo chagando a escola por via de transporte escolar. A ausência de alunos apresentando sobrepeso atestada pelas professoras hipoteticamente pode estar relacionado ao estilo de vida que estes têm no campo, pois se acredita que pessoas que vivem em zonas rurais são mais ativas em relação a pessoas de grandes centros urbanos.

Perguntamos se, na visão das professoras, o professor de Educação Física influi de alguma forma na construção de um estilo de vida ativo. A pergunta elaborada tem como finalidade averiguar direcionalmente o sentido que entrevistadas atribuírem para o trabalho do professor de educação física. Abaixo, seguem as respostas apresentadas.

Sim, pois ele ensina a realizar a prática de exercícios, que muitos seguem para o resto da vida (Professora A).

Sim, pois a educação física beneficia vários fatores que é essencial para ter uma vida de qualidade e saúde (Professora E).

Sim, pois o professor de educação física incentiva o indivíduo e o conscientiza da necessidade de se construir um estilo de vida ativo, além de que o profissional precisa transmitir e propor este estilo (Professora F).

Sim, o professor de Educação física estimula o aluno a prática da atividade física regular, inclusive fora da escola, pois este é um dos mais relevantes papeis da Educação física (J.).

Em uma pesquisa semelhante Ferreira e Torres (2013), em uma pesquisa realizada por um grupo focal formado por 15 pedagogos de uma escola infantil pública

de Teresina sobre aulas de Educação Física escolar constatou uma opinião unânime sobre atribuições positivas a respeito da importância da aula de Educação Física para a formação social do educando.

Questionamos ainda se as professoras pesquisadas identificam a contribuição da Educação Física para a formação de um corpo auto-educado.

Ele precisa falar sobre saúde, dar exemplos reais das sequências de um estilo de vida não-saudável além de ensinar os alunos a se exercitarem (Professora A).

Sim, pois a educação física beneficia vários fatores que é essencial para ter uma vida de qualidade e saúde (Professora E).

Na minha opinião, o primeiro passo é a conscientização dos alunos, mostrando alguns cuidados necessários praticar exercícios físicos e participar de brincadeiras. Em segundo lugar o professor precisa propor e dar a oportunidade para os alunos a praticar e pesquisar sobre como formar um corpo auto-educado (Professora F).

Deve trabalhar atividades físicas, visando o aperfeiçoamento e o desenvolvimento correto dos movimentos corporais e motores (Professora J).

Na pergunta seguinte questionamos o que as professoras têm feito no sentido de contribuir para o processo de educação em saúde e a relação com as práticas de atividades físicas. As respostas foram:

Incentivo os exercícios fazendo com que sejam divertidos para que os alunos possam se interessar (Professora A).

Conscientizar o aluno dessa disciplina tão importante, que a atividade física é fator determinante na prevenção de várias doenças, e que as práticas corporais são objeto direto da educação física (Professora E).

Tenho conscientizado os alunos, mostrando às crianças a importância da educação física para a saúde e para ter um corpo saudável, além de que a diversão que muitos jogos e brincadeiras proporciona contribui para o bem estar físico e intelectual (Professora F).

Um dos métodos que utilizo é a música, pois a mesma oferece inúmeras oportunidades para que a criança aprimore sua habilidade motora, aprenda a controlar seus músculos e mova-se com desenvoltura (Professora J).

As respostas a cima demonstra que as professoras tem hábitos desenvolvidos em preocupação em relação as aulas de Educação Física. Para Vieira, promover um

trabalho positivo de Educação Física na Educação Infantil é plausível procurando meios que estimulem os alunos a buscarem novas estratégias para experimentarem a realidade de seu corpo através de seus movimentos que por sua vez é uma característica que passa por descobertas nessa faixa etária, assim o professor pode mediar e viabilizar que o aluno encontre possibilidades de alargamento do repertório de movimentos, gestos, competência expressiva e habilidade de planejar seu próprio movimento, bem como a percepção da cultura corporal.

Também, as professoras, foram questionadas se elas veem o professor de Educação Física como uma profissional da área da saúde, e, em caso da resposta ser sim, pediu-se que justificassem a resposta. Das quatro entrevistadas, apenas uma afirmou que considera o professor de Educação Física como um representante da área da saúde.

Sim. Porque o professor de educação física está ligado com a saúde corporal e intelectual do aluno (F.R.A).

Sim. Porque ele é o responsável pela consciência do aluno, em ensiná-los a ter práticas positivas de vida (A.A.F).

Sim. Pois é capaz de oferecer uma contribuição educacional relevante e exclusiva para todos os indivíduos, relacionada com o desenvolvimento motor e a aptidão física para o bem estar e a saúde (E.M.R).

Perguntamos qual a relação às professoras entender estar estabelecidas entre a Educação Física e as práticas de Educação em Saúde.

Todas as práticas da educação física são benéficas á saúde: exercícios físicos, trabalho mental, interação social e diversão (A).

Oferecer uma contribuição educacional relevante e exclusiva para todos os indivíduos, relacionada com o desenvolvimento motor e a aptidão física para o bem estar e a saúde (E).

Uma relação que visa tratar de ensinar práticas que contribui para a saúde com a oportunidade que a educação física proporciona de colocá-los em prática (F).

Sim. Pois, é uma profissão relacionada às Ciências da Saúde (J).

De acordo com Baptista e Miranda (2011), Já faz certo tempo que a Educação Física, enquanto área de conhecimento, tem esbarrado com uma gama de possibilidades de ação em aula, o que conseqüentemente muito tem refletido em sua metodologia e aplicação no ensino.

No roteiro para entrevista, a última pergunta constou como um espaço livre para que as entrevistadas pudesse dar alguma contribuição para o estudo, para que assim deixasse mais alguma consideração sobre o assunto. A Professora J não deixou comentários nesta parte. As respostas das demais segue a baixo:

A maioria dos professores de educação física não valorizam seu próprio ofício, se restringindo a colocar as crianças para brincar, e dessa forma eles privam os alunos de receber ensinamentos para a saúde e qualidade de vida (A).

Em minha opinião as aulas de Educação Física na escola são diferentes do simples ato de brincar no quintal de casa, por que elas são interessantes, mas sabemos a Educação Física escolar é uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando cidadão que vai produzi-la, e transformá-la em jogos, esportes, danças, etc. Isso trará benefícios da melhoria da qualidade de vida do aluno, (pessoa) (E.).

A aula de educação física tem como objetivo relacionar o corpo com o movimento, na educação infantil esta aula proporciona a oportunidade de desenvolver habilidades corporais e dando a oportunidade de participar de atividades culturais como jogos, esportes, cantigas de rodas tendo a finalidade de promover lazer expressão de sentimentos afetividades e emoções (F).

A professora A, afirma que a maioria dos professores de educação física não valoriza seu trabalho em quanto professores, uma vez que restringem sua prática em apenas permitem que os alunos brinquem durante as aulas, e “dessa forma eles privam os alunos de receber ensinamentos para a saúde e qualidade de vida”.

A afirmação da professora pode intimamente está relacionada a assertiva de Betti (1999) de que a prática de esportes tem se configurado como o conteúdo que predominam nas aulas de educação física escolar em sumo no ensino médio e fundamental (segunda fase) períodos escolares nos quais os alunos se encontram habilitados para prática de esportes. Assim, hipoteticamente a professora associa as brincadeiras ao esporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base os autores citados bem como os depoimentos e relatos expostos através da realização das entrevistas, e ainda com as reflexões tidas ao longo desta monografia, pode-se reconhecer que há muito ainda a ser pesquisado referente à temática da Educação Física infantil e sua relação com a educação em saúde.

Esse estudo partiu da necessidade de investigar as aulas de Educação Física ministradas na área do ensino infantil, em especial como os educadores entendem a importância desta disciplina na escola e de que forma ele é abordado por professores que não possuem formação na área, visto que no município no qual a pesquisa foi realizada, há uma pungente carência de profissionais com Licenciatura em Educação Física.

Mediante a questão levantada sobre as percepções de professores de uma escola infantil a respeito das aulas de Educação Física e sua relação com os conteúdos de educação em saúde, este trabalho objetivou pelo menos permear quais as possíveis saídas para melhorar as condições do ensino de Educação Física.

Nem de longe nosso estudo poderia dar respostas para tantas perguntas que dentre ele podemos destacar: Quais os caminhos para o desempenho de ensino de professores que não são da Educação Física mais que atuam nela? Como a Educação Física pode interagir em conjunto com outras disciplinas sem a presença ou o apoio de profissionais desta área na escola? A Educação Física pode dar aparato na resolução dos principais embates de saúde na escola por meio da conscientização do educando?

Ao se formular uma hipótese sobre melhorias nas aulas de Educação Física e otimização de seu valor social na conscientização de conteúdos como de saúde, constata-se que, as contradições e desafios teórico-metodológicos de seu ensino da escola, considerando a atual realidade da Educação Física no Brasil, requerem um estudo mais detalhado devido à necessidade de transformações da prática educativa do esporte da escola para a formação humana, partindo da premissa que a formação continuada é um caminho indispensável para melhorias neste sentido.

Com o estudo pode se ver que as percepções das entrevistadas apontam para um reconhecimento da Educação Física como uma disciplina de muita relevância.

Como já foi discutido e apontado com a realização da pesquisa exploratória, os professores que por vezes não possuem formação em educação física podem não estarem seguros em relação ao ensino da disciplina e sua interação com os conteúdos próprios da perspectiva da educação em saúde.

Para isso, aponta-se a necessidade pungente da formação continuada para que o educador participe de um processo educacional que constantemente se modifica e se transforma, não se restringindo a modelos rígidos.

Fica claro, que a Educação Física associada a educação em saúde precisa interagir com o educando no ensino infantil de modo que possibilite uma formação crítica pela perspectiva do ensino desenvolvimental, ou seja, ofereça possibilidades de desenvolvimento nas várias dimensões como a intelectual.

Estando a Educação Física em um momento histórico no qual percorreu por várias etapas até a atualidade firmando um caráter de disciplina que interagem com vários ramos da ciência moderna, sua importância é ímpar na educação infantil visto que possibilita uma formação inicial que poderá auxiliar em todo o processo educacional do aluno e na sua construção como sujeito.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubens. **Conversas sobre Educação**. Campinas, SP: Verus Editora, 2003.

ABRUCIO, F. L. Gestão escolar e qualidade da educação: um estudo sobre dez escolas paulistas. In: Estudos & Pesquisas Educacionais. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2010.

BAPTISTA, T. J. R. Corpo, estética, exercício e saúde coletiva. Revista *on line* de Educação Física da UEG <http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/praxia>.

BATISTA, S. R. Os Jogos Cooperativos e a Educação Física Escolar. In: MOREIRA, E. C. *et alli*. **Educação física escolar: Desafios e Propostas II**. Jundiaí: Editora Fontoura, 2006.

BAGRICHEVSKY, M.; ESTEVÃO, A.; PALMA, A. **A saúde em debate na Educação Física**. Blumenau: Edibes. 2003.

BASTOS, N. C. **A educação para a saúde na escola**. In Revista da FSESPE , nº 2, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9.394/96, de 20 de Novembro de 1996. Brasília, 2005.

BRASIL, Lei nº 8.069. **Estatuto da Criança de do Adolescente**. Brasília, 1990.

BERNARDI, A.P.; CRISTINO, A.P. da R.; IVO, A.A.; ILHA, F.R. da S.; KRUG, H.N. **Formação inicial: a disciplina de Prática de Ensino como meio de experimentar a Educação Física Escolar**. In: KRUG, H.N.; KRÜGER, L.G.; CRISTINO, A.P. da R. (Orgs.). *Os professores de Educação Física em formação*. 1. ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2008.

BORGES, C. J. **Educação Física para o pré-escolar**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

BOMENY, Helena. **A escola no Brasil de Darcy Ribeiro**. In MAURICIO, L. (org) Em Aberto 80. Brasília: INEP v. 22, nº 80, p. 109-120, Abril 2009.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. SP: UNESP, 1999.

CARMO JUNIOR, W. A Brincadeira de corpo e alma numa escola sem fim: reflexões sobre o belo e o lúdico no ato de aprender. São Paulo: **Revista Motriz**. Vol. 1, nº1, p. 15- 24, junho/1995.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. Cortez: São Paulo, 1992.

COLLARES, C.A.L., MOISÉS, M.A.A., **A educação, saúde e formação da cidadania**. São Paulo: Educação e sociedade, 1999.

DALLARI, S.G. **A saúde do brasileiro**. São Paulo: Moderna, 1989.

DANIELS, H. **Vygotsky e a pedagogia**. São Paulo: Loyola, 2003.

FERREIRA, M. S.; **Aptidão física e saúde na educação física escolar: ampliando o enfoque**. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 22, n. 2, p. 41-54, Editora Autores Associados, janeiro, 2001.

FIEL, Luciana. **Educação física na educação Infantil**. Viçosa: CPT, 2002.

FREIRE, P; HORTON, M. **O Caminho se faz Caminhando**: Conversas sobre educação e mudança social. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1975.

FREITAG, B. **O indivíduo em formação**. São Paulo: Cortez, 1994.

FURTER, Pierre. **Educação e Reflexão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GAZZINELLI, M.F. et all. **Educação em saúde: teoria, método e imaginação**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

GENTZBITTEL, Marguerite. **A causa dos alunos**. São Paulo: Summus, 1993.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HEINKEL, Dagma. **O Brincar e a Aprendizagem na infância**. Ijuí, Rio Grande do Sul – Unijuí, 2000.

HURTADO, Johan G. G. Melcherts. **O ensino da educação física: uma abordagem didático-metodológica**. Editora Três: Porto Alegre, 1988.

JACOBI, P. **Indicadores sociais no Brasil**. São Paulo: Alínea, 2001.

LAMOUNIER, J.A.; et al. Aspectos gerais da obesidade na infância e na adolescência. In: _____. **Nutrição em Pediatria**. Barueri, SP; Mamele, 2008.

KRAMER, Sonia. **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. 13 edição: Ática, 1999.

KRUG, H. N. Formação de professores: modelo técnico versus modelo reflexivo. In: KRUG, H.N. (Org.). **Formação de professores reflexivos: ensaios e experiências**. Santa Maria: O Autor, 2001.

MANACORDA, Mário. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MACHADO MFAS et al. Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS: uma revisão conceitual. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2007, vol.12, n.2, pp. 335-342.

MATTOS R (Org.). **Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde**. Rio de Janeiro: UERJ/IMS: ABRASCO, 2003. p.45-59

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, vol.9, 1998.

MINAYO, M.C.S. **A saúde em estado de choque**. Rio de Janeiro: fase, 1992.

_____. **Saúde como responsabilidade cidadã**. Blumenau: Nova Era, 2006.

MONTEIRO, Ana Maria. **A prática de ensino e a produção de saberes na escola: didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOTA, M.M.P.E. **Psicologia: Interfaces com a educação e a saúde**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

PARO, V. H. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995.

PETITAT, André. **Produção da Escola. Produção da Sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro. **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.